



## MULHERES DO SISEJUFE SE UNEM ÀS MARGARIDAS EM MARCHA PELA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL, POR JUSTIÇA E PELO BEM VIVER

**Por que marcham as Margaridas do Judiciário?**

pág. 3 a 5

**Entrevista com Mazé Morais, coordenadora-geral da Marcha das Margaridas 2023**

pág. 6 a 8

**Quem cuida de quem cuida?**

pág. 9 e 10

**Afinal, o que quer a maioria das brasileiras?**

pág. 11 e 12

# CONTRIBUIÇÃO PARA DEMOCRACIA, JUSTIÇA E BEM VIVER



Chegamos à Marcha das Margaridas 2023 e, com ela, surge a oportunidade de refletir sobre a importância desse movimento e a contribuição das mulheres servidoras do Judiciário Federal para a construção junto às mulheres trabalhadoras rurais. A Marcha das Margaridas é uma mobilização que ocorre a cada quatro anos, desde 2000, em homenagem à sindicalista Margarida Maria Alves e em prol da luta das trabalhadoras rurais.

O lema deste ano, "Marchamos para construir o Bem Viver", expressa o desejo de participar da reconstrução do país e criar as bases para uma sociedade mais justa e equitativa. As mulheres que participam dessa marcha estão unidas em torno de um ideal que envolve diversos aspectos, desde uma relação de não-exploração com a natureza até a garantia da soberania alimentar, passando pela partici-

pação plena na política e a busca por uma convivência sem desigualdades, pobreza, racismo e violência. Nesse contexto, as margaridas do Judiciário saúdam e reconhecem a importância das mulheres do campo, da cidade e das florestas. As servidoras do Judiciário podem colaborar e fazer a diferença na defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais. Através de suas funções, elas podem contribuir para garantir o acesso à Justiça, combater a violência de gênero, promover a igualdade salarial e assegurar que as políticas públicas sejam implementadas de forma efetiva em benefício de todas as trabalhadoras.

Além disso, as mulheres do Judiciário podem utilizar sua posição para fomentar o diálogo entre diferentes atores sociais, fortalecer parcerias e criar espaços de discussão e formulação de políticas que levem em

consideração as demandas específicas das mulheres trabalhadoras rurais. Essa colaboração é essencial para que as políticas públicas sejam verdadeiramente inclusivas e atendam às necessidades e realidades das mulheres do campo.

É fundamental reafirmar nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As mulheres do Judiciário estão prontas para somar suas forças às demais trabalhadoras e contribuir para a conquista de seus direitos. Juntas, podemos trilhar o caminho em direção a um Brasil onde todas tenham autonomia sobre seus corpos-territórios e onde o cuidado e os afetos sejam valores resguardados por todas e todos.

Que a Marcha das Margaridas 2023 seja um momento de união, força e inspiração para todas as mulheres. •

# POR QUE MARCHAM AS MARGARIDAS DO JUDICIÁRIO?

POR MEIO DO DEPARTAMENTO DE MULHERES, O SISEJUFE PARTICIPA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2023, QUE EM SUA 7ª EDIÇÃO OCUPARÁ, NOS DIAS 15 E 16 DE AGOSTO, A CAPITAL FEDERAL, LUTANDO DESTA VEZ PELA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL E PELO BEM VIVER.



A dirigente Lucena Pacheco está na linha de frente da mobilização das mulheres da FenaJUFE para participação na Marcha das Margaridas.

“ A Marcha das Margaridas, que representa tradicionalmente as mulheres rurais, já incorporou as mulheres urbanas e todas as pautas que nos afetam. Assim, se torna fundamental nossa participação nessa marcha que ocorre em Brasília a cada quatro anos. Nós, mulheres do Sistema de Justiça, podemos contribuir com as demais mulheres levando a nossa expertise sobre o acesso a esse sistema. Informações sobre acesso à Justiça, primeiro atendimento, candidaturas de mulheres, a segurança do voto secreto, os principais direitos trabalhistas, violência doméstica, assédios... Todos os temas que tratamos no dia a dia em nossos órgãos podemos dividir com quem não conhece o funcionamento e poderemos compartilhar. Essa é nossa função social, enquanto servidoras públicas, mulheres do sistema de Justiça. Devemos apoiar e municiar de informações todas as companheiras. De mãos dadas teremos uma vida melhor. ”

**LUCENA PACHECO**  
COORDENADORA-GERAL  
DA FENAJUFE E DIRETORA  
DO SISEJUFE



Entre as nossas representantes, está a diretora Anny Figueiredo, que deixa o seu recado.

“ Nós, mulheres do Judiciário, saudamos a todas as mulheres do campo, da cidade, das florestas por esse evento que nos une e nos faz ter força para seguirmos adiante, mais preparadas para enfrentar todas as pautas importantes que garantirão o nosso bem viver. É através dessa união e da solidariedade que seremos capazes de alcançar avanços significativos em direção a uma sociedade mais justa. Nós, servidoras do Judiciário, com nosso papel essencial na garantia do cumprimento das leis e na proteção dos direitos fundamentais, podemos, com toda certeza, ajudar nessa construção conjunta. ”

**ANNY FIGUEIREDO, COORDENADORA DO DEPARTAMENTO DE MULHERES DO SISEJUFE**



Nossa assessora Vera Miranda mostra por que marcham as Margaridas do Judiciário.



**LEIA O QR CODE  
PARA INFORMAÇÕES  
SOBRE A MARCHA**



Muitos podem se perguntar por que as servidoras do Poder Judiciário marcharão lado a lado com as trabalhadoras rurais e as demais trabalhadoras urbanas da iniciativa privada, no mês de agosto, durante a Marcha das Margaridas. Porque são mulheres trabalhadoras urbanas do setor público, de carreiras consideradas estáveis e economicamente atrativas em relação à maioria dos postos de trabalho existentes no Brasil e, em tese, as mulheres do Judiciário estariam em posições mais confortáveis frente às pautas pelas quais ainda lutam as trabalhadoras do campo e a maioria das trabalhadoras da iniciativa privada.

Em primeiro lugar, marchamos porque somos mulheres, porque somos mães, filhas, amigas, companheiras, profissionais, porque queremos um mundo melhor para todas indistintamente. Marchamos porque toda mulher deseja viver sem medo, livre da violência de gênero, livre do feminicídio; marchamos porque queremos comida boa e saudável no prato, livre do veneno dos agrotóxicos, chegando a preços acessíveis ao nosso bolso através da agricultura familiar; marchamos porque precisamos preservar o meio ambiente, livre do desmatamento e do envenenamento dos rios e lagoas, que matam a fauna e flora, produzindo alterações climáticas graves, extinguindo os meios de vida sustentável dos povos ribeirinhos, dos povos da floresta, dos que vivem dos ecossistemas dos mangues. Marchamos porque defendemos nossos aquíferos da poluição e da privatização pelas transnacionais. Porque sem água não sobreviveremos.

Marchamos porque queremos garantir os direitos constitucionais básicos e universais para todas as mulheres e para todo nosso povo; marchamos porque é preciso construir uma transição econômica justa, com o fim do modelo fiscal especulativo e do sistema de juros abusivos, que nos impede de obter melhores salários e maior poder de compra; marchamos porque todas temos direito a isonomia salarial entre homem e mulher, porque todas merecem uma moradia digna, educação para si e para quem vem depois, porque todo mundo tem direito à vida digna, seja no campo ou na cidade. As Margaridas do Judiciário marcham porque toda mulher tem coragem de lutar por um mundo melhor, outro mundo possível, democrático, acessível e inclusivo, onde cabem todos os credos, toda diversidade e todas as raças. Um mundo onde existe compromisso com um meio ambiente equilibrado. Por isso marcham as Margaridas do Judiciário, por Justiça, democracia e bem viver. ”

**VERA MIRANDA**  
**ASSESSORA POLÍTICA DO SISEJUFÉ**



**MARGARIDAS DO JUDICIÁRIO** **SISEJUFÉ**  
*marcham por Justiça.  
Democracia e Bem-Viver*

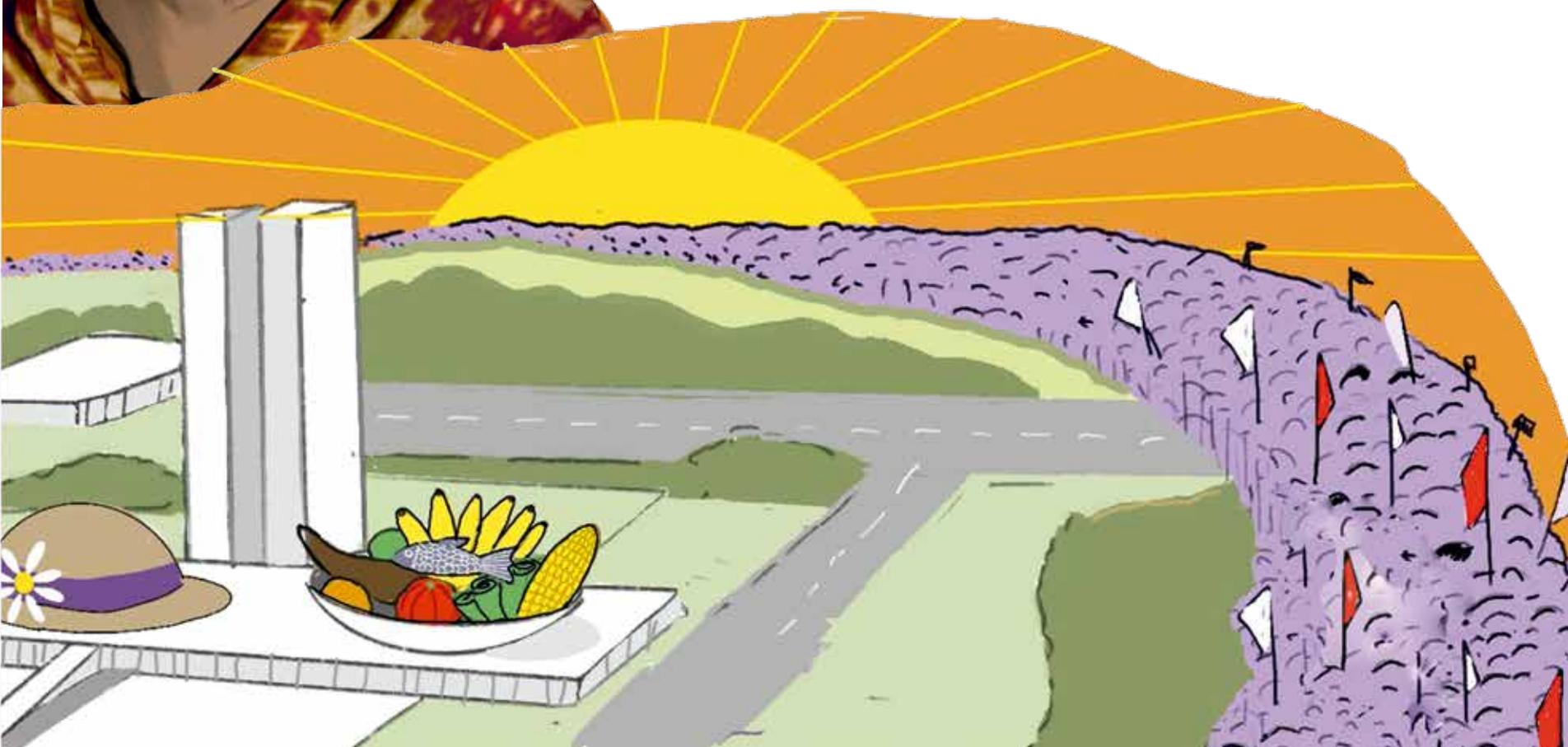


A militante Ana Priscila Alves explica por que a Marcha das Margaridas tem esse nome.

“ A gente marcha sempre nesse meio de agosto em homenagem à Margarida Alves, mulher, sindicalista, paraibana, que foi a primeira mulher presidente de um sindicato rural e isso pra gente não é pouca coisa. A gente tem essa relação muito forte de conexão do campo com a cidade porque a gente sabe que se o campo não planta, a cidade não janta e a gente entende que essa é uma relação de soberania no nosso território, na nossa vida e no nosso corpo. Margarida Alves foi uma grande representante dessa luta e, por causa disso, ela foi assassinada na frente de seu companheiro e de seu filho num dia 14 de agosto. Então, sempre nesse meio de agosto a gente está reivindicando a sua memória. Essa é uma luta que foi pautada pelas mulheres do campo, agricultoras que são a maior força de trabalho rural do nosso país, mas vivem dificuldades de acesso à saúde, ao transporte, aparelhos públicos e condições de vida que são fundamentais para toda sociedade, inclusive para as mulheres. Isso está no centro da pauta da Marcha das Margaridas, que hoje é vista como a maior ação de força das mulheres e dos trabalhadores na América Latina. ”

**ANA PRISCILA ALVES**  
**MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES**

Arte: Ribs - Divulgação Oficial Marcha das Margaridas



# "SONHO COM UM BRASIL SEM DESIGUALDADES ONDE NÓS, MULHERES, POSSAMOS ANDAR DE CABEÇA ERGUIDA E SEM MEDO"

EM ENTREVISTA AO CONTRAPONTO, MAZÉ MORAIS - SECRETÁRIA DE MULHERES DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG) E COORDENADORA-GERAL DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2023 -, FALA SOBRE A LUTA DAS MULHERES NO CAMPO, A EXPECTATIVA PARA A MARCHA DESSE ANO E O SONHO DE UM PAÍS MAIS JUSTO PARA TODAS E TODOS.

Dani Maia

Da Redação

A Marcha começou no ano 2000 e é, sem sombra de dúvida, reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil e em toda a América Latina. Para a edição 2023, a expectativa é reunir mais de 100 mil mulheres em Brasília. Mazé destaca que "a Marcha não é só o momento em Brasília. Existe todo um processo de mobilização, de formação e de construção na base. É muito simbólico as mulheres marcharem onde está o centro do poder e dizerem quais as suas necessidades, lutas, desejos e sonhos".

Ao longo desses anos, as lutas, claro, foram muitas, mas houve conquistas, também, como bem lembra a coordenadora-geral da marcha: a titulação conjunta das terras para homens e mulheres e a campanha de documentação das trabalhadoras rurais foram algumas dessas importantes conquistas.

A seguir, acompanhe o bate-papo que o Contraponto teve com Mazé Moraes:

**Contraponto:** Agricultora, produtora familiar, secretária de Mulheres da Contag e coordenadora geral da Marcha das Margaridas desde a 6ª edição, que aconteceu em 2019. Para você, o que significa a luta pela produção de alimentos, pela segurança das mulheres trabalhadoras rurais e pela segurança no campo, de um modo geral?



**Mazé:** A luta no campo, por uma produção saudável, por uma produção sem agrotóxicos, com alimento sadio, significa vida. Sim, vida, porque sem alimento e sem uma alimentação sadia, a gente não resiste, a gente não tem vida saudável. Nós, mulheres, agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, que produzimos seja no fundo dos nossos quintais, a gente costuma dizer que a gente produz alimentos de qualidade. Produzimos valorizando os saberes dos nossos antepassados, valorizando o respeito à natureza, valorizando a produção agroecológica. Essa produção significa vida. Vida saudável pra gente e pra todo mundo. E isso nos movimenta, nos dá força pra seguir em frente na luta e na batalha, sempre.

**Contraponto:** Como começou sua atuação na militância sindical e política?

**Mazé:** Sou de uma cidade chamada Batalha, no interior do Piauí. Batalha é a terra do bode, sabia? Sou de uma família de nove irmãos e, junto com meus irmãos, sempre trabalhei na roça, com meus pais. Meu pai já era ligado ao sindicato dos trabalhadores rurais e minha mãe também participava de muitas atividades na associação lá da comunidade. Eu, pequena ainda, adolescente, comecei a participar da pastoral da juventude e fui me envolvendo em mais atividades. Percebi que eram espaços para também discutir políticas públicas para a juventude rural, discutir a questão da associação rural, a luta pela terra, pela Educação, pela Saúde e fui me envolvendo mais e mais. Pra mim, foi um processo natural.

**Contraponto:** Você teve toda uma trajetória na militância e em 2019 fez a coordenação-geral da Marcha

das Margaridas pela primeira vez. Como foi esse momento pra você?

**Mazé:** O que me metia medo era saber que ia coordenar a maior ação de massa, vamos dizer, do mundo, protagonizada pelas mulheres dos campos, das florestas, das águas e também das cidades. Isso me preocupava, mas ao mesmo tempo me deixava feliz porque eu sabia que eu não ia construir ela sozinha. Foi em um período muito desafiador. Em 2016, a gente tinha acabado de passar por um golpe. Em 2017/2018, a gente estava bem no processo de retrocesso das políticas públicas, dos espaços que a gente havia conquistado ao longo do caminhar da Marcha das Margaridas. A gente es-

tava num processo de desmonte de estado e das políticas públicas. Então, para a gente, aquele momento era extremamente desafiador. Por isso, construir e realizar a Marcha de 2019 foi muito desafiador. E, mesmo assim, a gente fez uma grandiosa Marcha, apesar de todo o contexto político de retrocesso que vivíamos no país: Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, e PEC 95, que tirou recursos da Educação, da Saúde, enfim, um cenário bem difícil e mesmo assim as mulheres ganharam Brasília, marcharam e fizeram uma Marcha enorme, linda e potente. Por isso que a gente costuma dizer que a Marcha de 2019 foi a Marcha da resistência. E 2023 será a Marcha da Esperança porque essa



que a gente está coordenando agora tem todo um cenário político diferente, com uma expectativa muito grande. A gente vem dizendo que é a Marcha da Reconstrução do Brasil, da retomada das políticas públicas, dos programas de espaços importantes, que ao longo desse caminhar dos últimos anos a gente havia perdido. Então, há uma expectativa muito grande, há uma esperança maior, também. Uma esperança maior dessa retomada dos programas de políticas que realmente impactem de forma positiva na vida da agricultora familiar, da trabalhadora rural, lá na base. Uma das nossas lutas fundamentais desde o início, desde as primeiras marchas é isso: a luta pelos nossos direitos, seja o direito à terra, o direito à Educação, à Saúde, à prevenção e o direito à participação política. A luta contra a violência que as mulheres sofrem todo dia, seja nos campos ou nas cidades.

**Contraponto:** Quais os maiores desafios da mulher, hoje, no Brasil?

**Mazé:** Ah, os desafios são sempre muitos. As formas de opressão, o peso da exploração do capitalismo e o da dominação do patriarcado ainda se fazem gigantes em nossa sociedade, em nossa cultura e afetam a vida de todas nós, mulheres, sobretudo de nós mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, do campo, da floresta e das águas. Por isso, continuamos na luta por dias melhores, por uma democracia plena a toda a população, por um país onde a gente tenha igualdade, a gente tenha direito, onde a gente possa ocupar vários espaços e viva sem violência, essa violência que nos afeta e nos mata todos os dias.

**Sisejufe:** O que já tivemos de mais significativo em termos de políticas públicas voltadas para as agricultoras familiares? E, na sua visão, o

que ainda precisa ser feito, urgentemente?

**Mazé:** A gente teve várias políticas públicas importantes para a vida das mulheres. Uma conquista importante foi o direito à titulação conjunta porque nós mulheres não tínhamos direito de colocar o nosso nome no documento da terra. A política de documentação da trabalhadora rural, isso foi muito importante, também. A política de assistência técnica para as mulheres, para a organização, a comercialização, a política de crédito. É claro que ainda faltam muitas coisas, muitas questões a serem alcançadas, reconquistadas, é por isso que a gente continua lutando e é por isso que a gente diz que cada marcha ela é única, ela é simbólica, porque ela

"2019 FOI  
A MARCHA DA  
RESISTÊNCIA.  
2023 SERÁ  
A MARCHA DA  
ESPERANÇA"  
(Mazé Morais)

acontece em um contexto, em um cenário diferente e cada marcha a gente conquista e cada conquista que a gente consegue a gente quer mais. Sim, queremos mais porque são mulheres, são trabalhadoras, agricultoras familiares que estão lá nos seus mais diversos territórios do Brasil precisando que essas políticas públicas realmente cheguem e alcancem elas onde elas estão.

**Contraponto:** Você participou de todas as marchas? (a primeira foi no ano 2000. Depois, tivemos em 2003, 2007, 2011, 2015, 2019 e agora, em 2023, teremos a 7ª edição)

**Mazé:** Não, não consegui participar de todas, mas de quase todas. A primeira que eu participei foi em 2007 e foi muito, muito especial e impactante. Ajudando a coordenar, pela primeira vez, foi na edição de 2015, que eu já estava na Contag. E na de 2019 e nessa de agora (2023), estou de forma direta na coordenação geral da marcha.

**Contraponto:** Mazé, a quem estiver indo pela primeira vez à Marcha das Margaridas, o que você diria a essas mulheres?

**Mazé:** Enquanto coordenadora-geral da Marcha das Margaridas, quero reforçar o convite, pedir para que elas se somem a gente porque é isso: juntas somos, com certeza, muito mais fortes. Vamos juntas pela reconstrução do Brasil. Costumamos dizer que nós somos como as águas: crescemos, nos fortalecemos quando nos juntamos mais e mais.

**Contraponto:** Mazé, muitíssimo obrigada por essa conversa gostosa, inspiradora e cheia de força. Para finalizar, queria que você nos dissesse qual é o teu sonho de futuro para o nosso país, para as nossas mulheres, para o nosso povo?

**Mazé:** Ah, eu sonho com um Brasil sem desigualdades onde nós, mulheres, possamos andar de cabeça erguida e sem medo. Desejo que todas as mulheres possam viver com segurança, com autonomia, com liberdade sobre a nossa vida, sobre o nosso corpo, sobre as nossas escolhas, que a gente tenha direito de viver com dignidade, com igualdade no nosso país. •

# QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL (GTI) DISCUTE E ELABORA PROPOSTA DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS. CONTRAPONTO CONVERSOU COM A SECRETÁRIA NACIONAL DE AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA DE CUIDADOS DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, ROSANE SILVA

Tais Faccioli

Da Redação

Buscar respostas para a pergunta que trazemos no título desta reportagem – quem cuida de quem cuida? – é o que motiva o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que, desde maio deste ano, se reúne para pensar políticas e para elaborar iniciativas que garantam direitos às pessoas que exercem função de cuidadoras – seja um membro da família ou uma trabalhadora ou trabalhador remunerado.

O Grupo de Trabalho, coordenado pelo Ministério das Mulheres, por meio da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio da Secretaria de Família e Cuidados terá a missão de formular um diagnóstico sobre a organização social dos cuidados no Brasil, identificando as políticas, os programas e os serviços já existentes, ao final deste processo apresentar uma proposta de uma Política Nacional de Cuidados para o Brasil. O GTI, instituído pelo decreto nº 11.460, tem a participação de mais 15 instituições governamentais, tais como: Casa Civil, Ministérios da Educação, da Saúde, do Trabalho e Emprego, dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Previdência Social, das Cidades, Indústria, Comércio e Serviços, do Planejamento e Orçamento, Secretaria-Geral da Presidência da República e Advocacia-Geral da União.

A iniciativa também conta com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como convidados permanentes, além da sociedade ci-

vil. As atividades do grupo de trabalho têm duração prevista de 180 dias (inicialmente até novembro) e poderão ser prorrogadas uma vez por igual período.

A secretária nacional de Autonomia Econômica e Cuidados do Ministério das Mulheres, Rosane Silva, falou ao Contraponto com exclusividade. Para ela, discutir a política de cuidados é um grande desafio. Rosane menciona a Lei da Igualdade Salarial (Lei 14.611/2023), recém sancionada pelo presidente Lula, como um avanço que pode vir a corrigir injustiças históricas, mas o caminho será longo. “As mulheres recebem



menos que os homens e os dados demonstram que nós temos mais escolaridade, mas quando chega aos espaços de poder e nas empresas, são os homens que são contratados. Isso tem a ver com o debate sobre as responsabilidades familiares, seja o cuidado da família, seja o cuidado dos filhos, seja o cuidado da casa... não podem apenas as mulheres ficar com essa responsabilidade”, aponta a secretária.

Rosane ressalta que é fundamental pensar essa política de cuidados com uma dimensão ampla, não somente o cuidado com os filhos, com os idosos ou com as pessoas com deficiência, mas o cuidado de um modo geral, da estrutura da casa, que historicamente, em nossa sociedade patriarcal, recai sempre nos ombros das mulheres: “Então, precisa ter uma política de Estado que tire esse peso da vida das mulheres e que essa responsabilidade seja compartilhada com o Estado e com a sociedade brasileira. Esse é o debate que estamos fazendo no Grupo de Trabalho Interministerial”, afirma. Na avaliação da secretária, o projeto pode ir além: “A organiza-



O Grupo de Trabalho é composto por 17 órgãos da administração federal. Foto: Roberta Aline / MDS

ção social da política de cuidados vai ajudar, inclusive, na nossa autonomia econômica e vai contribuir para que muitas mulheres saiam da situação de violência e de pobreza. Muitas mulheres não vão buscar trabalho produtivo porque estão com a responsabilidade deste cuidado com a família, em especial quando você tem uma pessoa doente ou com deficiência. São as mulheres

que anulam as suas vidas para retornar para casa e cuidar dessa pessoa doente, com deficiência ou até mesmo uma criança ou idoso. Esse debate da política de cuidados não tem só a ver com o tema do cuidado, mas com a autonomia econômica e social das mulheres. Daqui a dez meses queremos ter alguma proposta para apresentar para a sociedade brasileira”, concluiu Rosane. •

## DESIGUALDADE: TRABALHO DE CUIDADOS RECAI MAIS SOBRE A MULHER

O Ministério das Mulheres destaca que “a alta carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, exercida majoritariamente pelas mulheres no interior dos domicílios, gera pressão sobre a renda familiar, desigual acesso a serviços de qualidade e barreiras para o acesso à Educação e ao trabalho, comprometendo a autonomia econômica das mulheres e reproduzindo a pobreza e a desigualdade”. Veja alguns dados disponibilizados pela pasta:

- As mulheres dedicam ao trabalho de cuidados não remunerado no interior dos seus próprios domicílios em média 22 horas por semana (o dobro do tempo dedicado pelos homens);
- Essa quantidade de horas é muito mais elevada nas famílias mais pobres e entre as mulheres negras em comparação com as brancas;
- Para 30% das mulheres que não estão empregadas, a principal razão para não procurar um emprego são as suas responsabilidades com filhos/as, outros parentes ou afazeres domésticos (no caso dos homens essa cifra é de 2%);
- Essa porcentagem é muito mais elevada entre as mulheres que têm filhos, especialmente entre 4 e 5 anos (54%) e 0 a 3 anos (61,8%).

# AFINAL, O QUE QUER A MAIORIA DAS BRASILEIRAS?

NAS ELEIÇÕES DE 2022, OS INSTITUTOS DE PESQUISA MOSTRARAM QUE, SE DEPENDESSE SÓ DO ELEITORADO FEMININO, O PRESIDENTE LULA TERIA SIDO ELEITO JÁ NO PRIMEIRO TURNO. EM CASAS PARLAMENTARES DE TODO O PAÍS, HOVE AVANÇOS NA REPRESENTATIVIDADE. O DESEJO DE MUDANÇA NOS RUMOS DO PAÍS FOI DEPOSITADO NAS URNAS.

Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

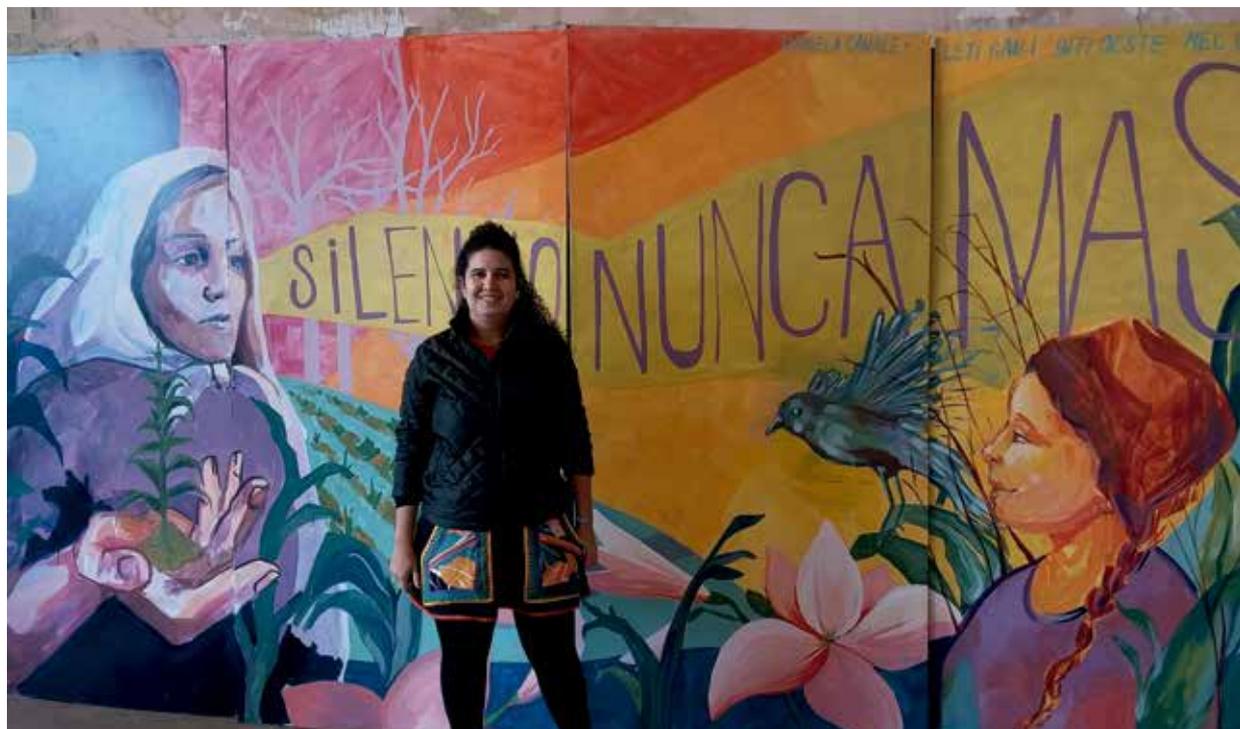


Foto: divulgação

“Gostaria que nossas pautas não fossem mais vistas como identitárias. Somos a maioria da população (segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad de 2021, o percentual de mulheres no Brasil é de 51,1%), sustentamos famílias e o trabalho reprodutivo. E todos se beneficiam com as nossas lutas”, afirma Elisa Aníbal, da coordenação nacional do movimento feminista Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), jurista e educadora social. Amante da cultura popular e especialmente do Carnaval, a jovem pernambucana está sempre nas ruas do Recife com suas companheiras da Batucada Feminista, cantando contra o machismo, em ritmos que vão do maracatu ao funk, passando pelo samba reggae e ciranda.

Assim como reivindicam as participantes da Marcha das Margaridas, os desejos estão expressos nas lutas da AMB pelo fim da desigualdade de gênero e dos ciclos de violência e passam pela criação de políti-

cas contra o empobrecimento das mulheres, que se agravou com a pandemia da covid-19. Para Elisa, as demandas não são apenas bandeiras de luta: descrevem uma realidade que precisa mudar. Ela estava na frente do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, na capital pernambucana, em 16 de agosto de 2020, quando uma menina de dez anos chegou, após seu pedido de interrupção da gravidez ter sido negado pelo hospital em Vitória (ES).

“Ela precisou chegar escondida no portamalas de um carro”, lembra Elisa. Naquele dia, com outras companheiras feministas e estudantes, ela enfrentou grupos religiosos fundamentalistas que protestavam contra a garantia do direito ao aborto para uma criança grávida por estupro.

## PRIMEIROS SINAIS

Nesse sentido, o governo Lula já deu sinais de avanço, como o anúncio de desligamento da Aliança Conservadora

(bloco ultraconservador de cerca de 30 países), cuja declaração fere os direitos das mulheres garantidos na Constituição e no Código Penal. Já o Ministério da Saúde revogou portaria da gestão anterior que indicava a necessidade de o médico comunicar um aborto à polícia e preservar evidências de possíveis crimes de estupro e manobras consideradas violência obstétrica.

Outro ponto foi a indicação da cientista social Nísia Trindade como ministra da Saúde. Ela e outras mulheres comandam 10 das 37 pastas do governo Lula e ocupam as presidências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. “Estamos ainda longe de obter paridade – ou seja, igualdade numérica nos espaços de poder, que seja proporcional aos dados populacionais – e isso em todos os âmbitos governamentais”, escreveu Joanna Buriago para o Portal Catarinas.

A autora do livro Patriarcado Gênero Feminismo tem esperança em um futuro mais justo e inclusivo, no qual a imensa diversidade brasileira será levada em conta. “Vamos continuar observando as esferas de poder, revelando desigualdades e exigindo participação ativa e representação real para batalhar por um Estado Democrático de Direito para todes”, destaca Joanna.

## MAIOR REPRESENTATIVIDADE

No Senado, há recorde de participação: são 15 mulheres na casa legislativa, resultado da decisão do presidente Lula em nomear senadores como ministros, abrindo espaço para quatro suplentes e ampliando a bancada feminina de 11 para 15 – 18,5% do total de 81 cadeiras. Mesmo assim, elas não ocupam cargo na

Mesa Diretora. E, no momento em que a Câmara Federal também tem o maior número de mulheres de sua história, com 91 parlamentares eleitas, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) é a única entre os sete titulares da Mesa Diretora da Casa.

Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), a bancada feminina cresceu 21,4% em relação à legislatura anterior: agora são 15 mulheres, sendo cinco parlamentares dos 13 integrantes da nova Mesa Diretora. Com 174.132 votos, Renata Souza (Psol) se tornou a mais votada da história da Alerj, descrevendo-se como uma mulher favelada, cria da Maré. Doutora em Comunicação, ela quer deixar de ser exceção.

A deputada estadual está atenta às necessidades de outras mulheres negras. “Temos reivindicações de acesso à cidade, com mobilidade, moradia e renda dignas, saneamento, energia, alimentação adequada, Educação, Saúde, respeito à nossa liberdade e à nossa integridade física e psíquica”, enumera Renata.

Segundo a parlamentar, o ex-presidente Bolsonaro era uma ameaça real às mulheres, com seu discurso machista e misógeno. Ele fomentou a violência de gênero e os feminicídios aumentaram em seu governo. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, só no primeiro semestre de 2022, 699 mulheres foram assassinadas por sua condição de gênero – alta de 3,2% em relação ao mesmo período de 2021. Para Renata, agora é possível propor políticas e dialogar sobre as melhores formas de viabilizá-las com participação popular. “Temos um governo que, embora lide com os limites de uma aliança bastante ampla e heterogênea, foi eleito por nós”, afirma.

## RETOMADA DA ESPERANÇA

Observando as mudanças a partir da eleição de Lula, Anny Figueiredo, coordenadora do Departamento de Mulheres do Sisejufe, percebe forte disposição para o trabalho de reconstrução de um país mais justo. “Vejo a retomada da esperança no olhar do povo e sinto os ares mais leves, com a certeza de que o Brasil sairá do mapa da fome e seremos uma sociedade renovada para melhor”, avalia.

A coordenadora acredita ainda que representantes dos movimentos sociais e sindicais esperam diálogos abertos e positivos sobre as pautas que afligem as trabalhadoras. Entre elas, o combate às formas de violência e assédio, o fomento a modelos de organização do trabalho que considerem as necessidades das mulheres em seus diversos papéis sociais, e políticas de geração de emprego e renda, proteção social e segurança alimentar. •



contraponto

**SISEJUFÉ** filiado à FENAJUFÉ

Av. Presidente Vargas • 509 • 11º andar  
Centro • RJ • CEP 20071-003

| 21 | 2215 2443

imprensa@sisejufe.org.br

[www.sisejufe.org.br](http://www.sisejufe.org.br)



**DIRETORIA:** Adriano Nunes dos Santos • Alexander Fernando Vieira Oliveira • Alexandre Graciano dos Santos • Alexandre Magno Gonzalez de Lacerda • Amaro das Grassas Faustino • Andrea Regina da Fonseca Capellão • Anny Rodrigues Figueiredo • Carlos Eduardo da Costa Cruz • Carlos Henrique Ramos da Silva • Dulavim de Oliveira Lima Junior • Edson Mouta Vasconcellos • Eliene Neves Valadão • Fernanda Guimarães Lauria • Helena Guimarães Cruz • Iuri Barbosa Matos Peixoto • João Victor Fernandes do Nascimento de Albuquerque • Joel Lima de Farias • José Ricardo de Almeida Horta • Juliana Cosenza de Avelar • Larissa Lima Azevedo • Laura Diógenes de Oliveira e Silva • Leila Maria Dias Nascimento • Lício Coelho dos Santos • Lucas Ferreira Costa • Lucena Pacheco Martins • Luis Amauri Pinheiro de Souza • Maria Eunice Barbosa da Silva • Mariana Abreu Petersen da Rocha • Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria • Michel Carneiro da Silva • Neli da Costa Rosa • Nilton Alves Pinheiro • Pietro Coelho Barbosa Valério • Ricardo de Azevedo Soares • Ricardo Loureiro Pinto • Ricardo Quiroga Vinhas • Rodrigo Alcântara de Souza • Ronaldo Almeida das Virgens • Soraia Garcia Marca • Tereza Clarice Barros Ribeiro • Valter Nogueira Alves • Vitor Hugo da Silva Teixeira

• **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda

• **EDIÇÃO E REDAÇÃO:**

Tais Faccioli (MTE 22185) • Dani Maia (DRT 035292/2004/19)

• **PROJETO GRÁFICO:** Andreza Condé

• **REVISÃO:** Max Leone

• **DIAGRAMAÇÃO:** Raphael de Oliveira

• **CONSELHO EDITORIAL:** Fernanda Guimarães Lauria • José Ricardo de Almeida Horta • Lucas Ferreira Costa • Lucena Pacheco Martins • Maria Eunice Barbosa da Silva • Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria • Ricardo Quiroga Vinhas • Soraia Garcia Marca • Valter Nogueira Alves • Vera Miranda

*“Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”*